

VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

5 de abril de 2016

Edição 179

Magistradas homenageadas pela Assembleia Legislativa por combate ao crime organizado

A desembargadora Marli Mosimann Vargas e a juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, juntamente com representantes do Ministério Público e da Polícia Civil atuantes na força-tarefa que culminou na condenação de mais de 70 integrantes de facção criminosa, responsável por atentados em cidades catarinenses entre 2012 e 2013, foram homenageadas em sessão especial de reconhecimento promovida pela Assembleia Legislativa na última semana.

O presidente do Legislativo, deputado Gelson Merisio, conduziu a sessão e afirmou que a solenidade teve o objetivo de destacar o trabalho prestado pelo funcionalismo público estadual. “Muito mais que apenas fazer homenagens pessoais, queremos aqui reconhecer o trabalho, a vocação e a dedicação ao serviço público por essência”, explicou.



Manifestação semelhante foi feita pelo deputado Antônio Aguiar, que falou em nome dos demais parlamentares da Casa. “Esta homenagem não é dirigida somente aos integrantes da força-tarefa, mas a todos os que fazem diariamente um trabalho incansável junto à população para que as leis sejam cumpridas”, pontuou. As investigações no âmbito da operação Salve Geral duraram três meses e envolveram números vultosos, como

a interceptação de 500 ramais telefônicos, com 80 mil horas de gravações, e a expedição de 98 mandados de prisão e 200 de busca e apreensão. O trabalho policial foi concluído após a elaboração de um inquérito de 13 volumes, com 4 mil páginas. As penas aos envolvidos totalizaram mais de mil anos de prisão, em processo comandado pela juíza Jussara Wandscheer e composto de 68 volumes e 15 mil páginas.

A desembargadora Marli lembrou que o julgamento da apelação durou 13 horas e resultou no maior acórdão em 124 anos de história do Judiciário catarinense, com o total de 1.147 páginas. “Foi um trabalho árduo, mas a Justiça foi feita com rapidez e, após dois anos, devemos cumprimentar todos os envolvidos na operação e trabalhar para evitar que estes atos criminosos se repitam”, concluiu.

Presidente do TJ empossa juiz de direito de 2º grau para atuar na Câmara de Chapecó



O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Antônio Torres Marques, empossou em solenidade realizada ao final do dia 1º de abril o magistrado José Maurício Lisboa no cargo de 30º juiz de direito de 2º grau. Até então titular da 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca da Capital, Lisboa passará doravante a atuar



na Câmara Especial Regional de Chapecó (Cerc).

Natural de Florianópolis, 58 anos, o empossado ingressou na magistratura de Santa Catarina em dezembro de 1981. Como juiz substituto, atuou inicialmente na comarca de São José. Promovido ao cargo de juiz de direi-



to, julgou nas comarcas de São João Batista, Imbituba, Gaspar e Palhoça, onde permaneceu de 1996 até 2008. Chegou à comarca da Capital nesse ano, já com lotação na 2ª Vara da Fazenda Pública, em que permaneceu até ser removido por antiguidade para exercer o cargo de juiz de 2º grau.

CGInfo inicia o 2º Ciclo de Implantação do Processo Judicial Eletrônico no TJSC

VEREDICTO

5/04/2016



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

O Comitê Gestor de Execução do Contrato 169/2015, referente à implantação do processo eletrônico no 2º grau, presidido pelo desembargador Túlio José Moura Pinheiro, que também comanda o CGInfo (Conselho Gestor de Tecnologia da Informação), em reunião ordinária realizada no dia 22/3, decidiu pela continuidade do processo de implantação da nova versão do SAJ/SG. Ele estava suspenso após a instalação do referido sistema nas Câmaras Criminais, Órgão Especial e 2ª Vice-Presidência, para a realização de adequações pela Softplan.

Durante o período de interrupção da implantação, as equipes da DTI (Diretoria de Tecnologia da Informação) e da empresa trabalharam no ajuste do sistema às demandas verificadas no seu uso cotidiano, e na eliminação dos problemas observados até então. Novo relatório técnico subsidiou a deliberação do comitê pela deflagração do 2º ciclo de implantação do processo judicial eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça, abrangendo os gabinetes dos desembargadores vinculados às Câmaras de Direito Público, Presidência e 1ª Vice-Presidência, com “virada de chave” prevista para o dia 5 de abril.



O 2º ciclo de implantação inicia com a migração de dados de processos inativos na madrugada do dia 23/3, seguida da migração dos processos ativos no período de 1º a 4 de abril, quando entra em atividade a nova versão do SAJ/SG nos órgãos indicados. Durante a semana de 4 a 8 de abril os prazos estarão suspensos nas Câmaras de Direito Público; a equipe da empresa iniciará o serviço de acompanhamento assistido junto aos usuários dos gabinetes atingidos pela mudança.



A capacitação de magistrados e servidores ocorre a partir de 28 de março e se estende até a entrada da nova versão do sistema.

O tema será objeto de ampla divulgação mediante comunicação oficial dirigida à Corregedoria-Geral da Justiça e aos desembargadores abrangidos nesta etapa, bem como aos órgãos e instituições externas envolvidos no processo, como o Ministério Público, a Procuradoria-Geral do Estado, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Integram também o referido comitê o desembargador Jairo Fernandes Gonçalves; o juiz de 2º grau Paulo Ricardo Bruschi, coordenador do CGInfo; o juiz Marlon Negri, membro do CGInfo; o diretor-geral Judiciário, Ricardo Albino França; o diretor de Tecnologia da Informação, Cassiano Reis; o diretor de Cadastro e Distribuição Processual, Renato José Uliano Bertoldi; o diretor de Recursos e Incidentes, Boris Leonel Kruger; o diretor de Material e Patrimônio, Gil César dos Santos; e o coordenador da Auditoria Interna, Jozelito Neves Cunha, além de três representantes indicados pela empresa Softplan.

Academia Judicial terá novo endereço a partir do mês de abril

A Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina está em processo de mudança de endereço a partir do dia 28/3, e suspenderá os prazos no período de 28 de março a 1º de abril. Sediada na av. Osmar Cunha nos últimos anos, a instituição passará a atender na rua Almirante Lamego, 1386, onde já funciona o Fórum Bancário. A Portaria AJ n. 4, de 16/3/2016, trata da suspensão de prazos.

Servidores podem disputar eleições para conselhos do Regime Próprio de Previdência

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev) estabeleceu novo prazo de inscrição para candidatos interessados em concorrer nas eleições aos Conselhos de Administração e Fiscal do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC) para o biênio 2016/2018. Elas seguem abertas até o próximo dia 8 de abril, das 12h às 18h30min, na sede do Iprev, na Capital.

Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina podem participar do pro-



cesso eletivo em disputa por vagas nos Conselhos Administrativo e Fiscal.

O primeiro é composto de 14 membros e se responsabiliza pela deliberação e orientação superior do RPPS/SC. Para esse conselho, os segurados

elegerão sete conselheiros, sendo um ativo de cada Poder e Órgão, além de um representante dos inativos e um dos pensionistas.

Já o Conselho Fiscal é composto de seis membros e tem a competência de fiscalizar a gestão financeira do RPPS/SC. Para esse conselho serão eleitos três representantes dos segurados - um ativo, um inativo e um pensionista. Para obter mais informações, é possível entrar em contato com o Iprev pelo telefone (48)-3229-2600, ou ainda pelo site www.iprev.sc.gov.br.